

IDENTIDADE MORFOLÓGICA, CONSERVAÇÃO E VARIÇÃO LINGUÍSTICAS: SOBRE SAUSSURE E CULIOLI

Márcia Romero
(Universidade Federal de São Paulo)

Valdir do Nascimento Flores
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

RESUMO

Este texto busca evidenciar um aspecto da reflexão saussuriana e ver, em linhas gerais, seus desdobramentos na teoria enunciativa de A. Culioli: a paradoxal relação entre conservação e variação linguísticas. Para desenvolvê-la, utiliza-se uma metodologia teórico-conceitual que parte da consideração heurística do diálogo sobre o tema ocorrido entre C. Normand e A. Culioli (CULIOLI, NORMAND, 2005). Em seguida, busca-se ancoragem nas análises saussurianas acerca da analogia e das mudanças fonéticas para propor o entendimento segundo o qual a regularidade da ordem da língua sustenta uma perspectiva de mudança no uso que é feito dela. A conclusão sugere ampliar o debate de forma a incluir o falante como formulação teórica essencial nos movimentos de conservação e mudança linguísticas. PALAVRAS-CHAVE: variação linguística, mudança fonética, analogia, língua, fala.

Introdução

Normand: Bom, então vamos voltar a Saussure? Portanto, me parece que...

Culioli: portanto eu sou saussuriano, é o que diz Bouquet!

Normand: Evidentemente você é saussuriano, pois foi ele quem fez compreender como isso funciona.¹

A passagem que abre este texto foi extraída do livro *Onze rencontres sur le langage et les langues* (2005), em que dois linguistas, Culioli e Normand, vivenciam verdadeiras confrontações, tête à tête, em encontros regulares, unidos no propósito de, sob diferentes aspectos, refletir sobre a epistemologia culioliana.

Quando o assunto é Saussure – e Saussure é um tema recorrente nos encontros –, Claudine Normand não hesita em colocar Antoine Culioli contra a parede, afirmando ser este um autor de quem ele fala muito raramente. Culioli, de sua parte, em um momento bastante intenso no qual discorre sobre o que veio a ser o “saussurianismo” ou “estruturalismo”, esclarece, sem adentrar no assunto, os motivos dessa falta, relacionada à recepção que, no final dos anos 60, se fazia desse autor: um Saussure “desnaturado pelas pessoas que dele falavam” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.56-57).

É justamente por conta de recepções “enviesadas” como a mencionada por Culioli que Bouquet tem apontado a necessidade de se redescobrir Saussure por meio de seus textos originais (2003, p.11). Mas, em que consiste, afinal, descobri-lo nos originais? Será absolutamente imprescindível ir ao *corpus* de manuscritos, sejam estes referentes ao conjunto de notas de alunos que acompanharam os cursos ministrados por Saussure em Genebra ou a seus próprios escritos para se colocar em prol de Saussure? Ou o *CLG*, com sua “modernidade radical” – já reivindicada, nos anos 70, por jovens linguistas que acreditavam que Saussure transformaria profundamente o campo da linguística (NORMAND, 2000, p.10-11) –, não seria suficiente ao menos para compreender esse texto, nas bonitas palavras de Normand, como “um objeto histórico” que permite refletir sobre o sistema conceitual saussuriano e seu modo de raciocínio, como o que nos incita “a ir mais longe, e mesmo além, como o fez Benveniste, em suma, a fazer uso com toda liberdade dessa herança histórica” (NORMAND, 2000, p.14-16)?

É certo que Saussure, nos anos 60-70, foi, para Claudine Normand, “a descoberta”, “mas uma descoberta que permaneceu bastante solitária” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.103), como ela mesma parece desabafar durante os encontros com Culioli. No entanto, se houve ou não interlocutores, isso jamais a impediu de mostrar, logo no início dos anos 70, que era possível fazer uma outra leitura de Saussure. Já Culioli, por mais que reconheça não ter se apegado a uma apresentação caricatural de Saussure e, inclusive, reconheça que

o que ele, Culioli, faz é “a continuação de um estruturalismo que tenha compreendido que as estruturas não são compartimentos” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.56) – o que Saussure, diga-se, também sustenta ao não fazer diferença de princípio entre léxico e gramática –, assume ter descoberto o pensamento saussuriano com a leitura dos textos originais (CULIOLI, 2003, p.138). Isso mostra que ele teria sido mais um que esperou pelos manuscritos para se interessar por Saussure, para dele finalmente falar.

Essas colocações são necessárias para que se compreenda o objetivo deste texto, que se propõe a recuperar alguns dos conceitos saussurianos por meio de duas diferentes vias: pelo que deixa entrever o posicionamento de Culioli, em resposta às provocações e ao espírito inquieto de Normand, e pelos textos que perpassam a discussão e que a sustentam, sejam os próprios textos de Normand, de Culioli, de Saussure ou outros.

Em suma, se pretendemos, sim, refletir sobre o modo como o pensamento de Saussure dialoga com a abordagem dos fatos lingüísticos trazida pela *Teoria das Operações Enunciativas*, pretendemos, acima de tudo, finalizado esse ano de 2013 em que inúmeros eventos reavivaram as discussões em torno de sua obra, contribuir para uma possível reorientação da problemática da produção do sentido no programa saussuriano ao retomar, pelas vias indicadas, uma questão complexa que, a nosso ver, ainda permanece em aberto quando considerados os recentes trabalhos que lhe foram dedicados: a da identidade (ou unidade) morfológica.

O signo lingüístico como *Kénôme*

Em 1970, Normand publicava “Proposições e notas para uma leitura de F. de Saussure” (NORMAND, 2009). Não nos cabe, aqui, apresentar nem discutir as reflexões desenvolvidas pela autora nesse trabalho, mas apenas chamar a atenção para o fato de que, há quatro décadas, Normand evidenciava “a realidade das relações” como a resposta imediata ao questionamento levantado por Saussure: “Dessarte, a Linguística trabalha incessantemente com conceitos forjados pelos gramáticos, e sem saber se eles correspondem realmente a fatores constitutivos do sistema da língua. – Mas como sabê-lo? E se forem fantasmas, que realidade opor-lhes?” (SAUSSURE, 2000, p.127). Evidenciava ainda que “o conceito de valor [...] supõe uma construção teórica do dado (as relações não são imediatamente legíveis)”

(NORMAND, 2009, p.34) e que a afirmação de que “a língua é uma forma e não substância” (SAUSSURE, 2000, p.141) eliminaria “qualquer esperança de poder observá-la diretamente, uma vez que um sistema formal é forçosamente um sistema reconstruído” (NORMAND, 2009, p.36).

É interessante observar que é justamente a questão da relação e o fato de ser a relação uma abstração uma das reflexões saussurianas – melhor seria dizer uma das consequências, não necessariamente explicitada, de suas reflexões – que mais impressionam Culioli na leitura dos manuscritos. Esse estado de surpresa pode ser observado na entrevista concedida a Simon Bouquet (CULIOLI, 2003, p.139):

[...] estou impressionado que, em Saussure, o que é analisável como uma relação não é reconduzido aos termos – ou a um dos termos – constitutivo(s) da relação. Isso o conduz até, nos seus escritos, a nomear *Kénôme* o signo linguístico. Denominação remarcável, não acha? Pois o que é, finalmente, uma relação? Uma relação é uma abstração: a relação, isso é o que não está aqui – o que não está aqui como um percepto, como um perceptível.

Bouquet, concordando com Culioli, reafirma que Saussure, nos textos originais, tematiza a questão da relação, “– ou do ‘kénos’ – do signo de modo infinitamente mais sutil e com muito mais insistência que o faz no CLG” (CULIOLI, 2003, p.140), colocação que o entrevistador encerra, na sequência, com a reflexão de que, para Saussure, tratava-se de “pensar um impensável” (CULIOLI, 2003, p.140).

Vale ainda observar que, para Culioli, “as descobertas” saussurianas que fazem com que ele, inclusive, torne explícita sua empolgação diante da referida leitura seriam: que a busca pela generalização passa obrigatoriamente pelas línguas; que, nas línguas, lidamos com fenômenos de grande complexidade, “uma complexidade em que não se pode separar a reflexão sobre o signo da reflexão sobre o sentido” (CULIOLI, 2003, p.138); que o que “Saussure chama estático ou anti-histórico – passividade social, ou ainda inconsciente, este último termo aparece com frequência nele – é, na verdade, simplesmente a atividade mental de linguagem” (CULIOLI, 2003, p.138).

Do conjunto de afirmações feitas, retomemos, por ora, a questão do signo e de sua denominação, por Saussure, como *kénôme*, por ser este o ponto de sustentação de nossa análise, inteiramente pauta-

da em uma concepção de signo – e, conseqüentemente de língua – que foge do estatismo que lhe é comumente atribuído.

Em inúmeras passagens dos *Escritos*, em particular nas em que Saussure discorre sobre o que seria o “sentido das palavras”, fica evidente sua recusa em admitir uma significação qualquer, em termos de “conteúdo”, para o signo. Isso aparece quando ele sustenta não haver diferença “entre o sentido próprio e o sentido figurado das palavras (ou: as palavras não têm mais sentido figurado do que sentido próprio)” (SAUSSURE, 2004, p.67), afirmação que refuta a existência de um sentido primeiro atribuído à palavra, ou quando afirma que nenhum signo é “limitado no total de ideias positivas que ele é, no mesmo momento, chamado a concentrar em si mesmo; [...] é, portanto, inútil procurar qual é o total de significações de uma palavra” (SAUSSURE, 2004, p.72).

Que o resultado dessas colocações seja a afirmação de que “não há absolutamente nada que possa precisar seu sentido [o sentido de uma palavra], a não ser por via negativa” (SAUSSURE, 2004, p.68), nos conduz a refletir sobre o que seria essa negatividade pelo viés de um conjunto de argumentos:

1º. Essa lógica do negativo não poderia encerrar na identidade do signo qualquer traço de conteúdo, pois isso o reduziria à presença de uma significação absoluta já refutada;

2º. A cada vez que surgem explicações sobre o princípio da negatividade, toma-se por fundamento o signo inserido em um sintagma, como observamos na seguinte passagem, selecionada entre outras: “Retomando a palavra ‘lua’, pode-se dizer que ‘a lua aparece, a lua cresce, a lua decresce, a lua se renova, semearmos na lua nova, passarão muitas luas antes que tal coisa aconteça’... e, insensivelmente, vemos que [...] tudo o que pomos em ‘lua’ é absolutamente negativo, vindo apenas da ausência de um outro termo [...]” (SAUSSURE, 2004, p.68-69). Esses sintagmas, por sua vez, poderiam apontar para o fato de que é apenas na relação do signo com seu contexto de inserção que se constroem relações de paráfrases e, mais ainda, que é o signo em um dado sintagma que evoca um sentido estabelecido por oposição ao que dele se aproxima naquele sintagma. Acreditamos ser esse raciocínio perfeitamente depreendido da passagem:

Assim, ‘sol’ parece representar uma ideia perfeitamente positiva, precisa e determinada, assim como a palavra ‘lua’: entretanto,

quando Diógenes diz a Alexandre ‘Sai da frente do meu sol!’, não há mais, em ‘sol’, nada de ‘sol’ a não ser a oposição com a ideia de ‘sombra’ (SAUSSURE, 2004, p.68).

De entendimento complexo, essa passagem nos conduz à seguinte leitura: “Sai da frente do meu sol”, ao poder ser parafraseado por “Sai da frente da minha luz” e, conseqüentemente, por “Não me faça sombra”, entre outras possibilidades, faz com que o “sentido” de “sol”, ao evocar “luz” (i.e. “não sombra”), nesse sintagma, seja concedido por oposição ao que evocaria “sombra”. Não haveria aqui, afinal, embora de modo não explícito, uma reflexão sobre a constituição da referência, que não se encontra no signo, mas em sua inserção em um dado sintagma?

3º. Vale destacar uma passagem do CLG em que se sustentam a existência de relações de solidariedade recíproca entre as unidades da língua e a importância da inserção de uma dada unidade em uma “unidade superior” para lhe conferir o estatuto de “unidade”:

A primeira coisa que nos chama a atenção nessa organização são as suas solidariedades sintagmáticas: quase todas as unidades da língua dependem seja do que as rodeia na cadeia falada, seja das partes sucessivas de que elas próprias se compõem. A formação de palavras é quanto basta para demonstrá-lo. Uma unidade como *desejoso* se decompõe em duas subunidades (desej-oso), mas não se trata de duas partes independentes simplesmente, juntadas uma à outra (desej + oso). **Trata-se de um produto, uma combinação de dois elementos solidários, que só têm valor pela sua ação recíproca numa unidade superior (desej x oso). O sufixo, considerado isoladamente, é inexistente;** [...] O todo vale pelas suas partes, as partes valem também em virtude de seu lugar no todo, e eis por que a relação sintagmática da parte com o todo é tão importante quanto a das partes em si. (SAUSSURE, 2000, p.148, *grifos nossos*)

Se, como afirma Saussure, “o sentido pode variar numa medida infinita sem que o sentimento de unidade do signo seja, nem mesmo vagamente, atingido por variações” (2004, p.48) e se existem, na língua, “*significações* não separáveis dos signos, visto que estes não mereceriam mais seu nome sem a significação” (SAUSSURE, 2004, p.67), poderíamos supor, pelo que decorre desse conjunto de argumentos, que: há uma identidade (se assim não fosse, não haveria signo); esta identidade que confere unidade ao signo não é de natureza contedística (se assim fosse, o conceito de signo tal como postulado

por Saussure deixaria de existir); por fim, esta se materializa pelo conjunto de relações estabelecidas entre o signo e os sintagmas nos quais se inserem (seus *contextos verbais* ou *contextos de inserção*). Sua identidade deve ser buscada em seus empregos, e, como sistematizará posteriormente a *Teoria das Operações Enunciativas*, será especificada pela interação que se verifica entre o signo e seu(s) contexto(s) de inserção.

Isso confere uma amplitude à afirmação de que “Não há nenhuma outra *identidade* no domínio morfológico além da identidade de uma forma na identidade de seus empregos [...]. A IDENTIDADE MORFOLÓGICA, seria inútil disfarçar, é uma noção excessivamente complexa” (SAUSSURE, 2004, p.33). Considerando-se que Saussure entende, por domínio morfológico, a língua², compreende-se a colocação feita por Normand, para quem “a língua, em Saussure, comportaria [...] os esquemas de operações” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.95), ou, nas palavras de Culioli, “as formas de formas” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.96), no sentido de que nela se encontram esquemas que orientam a materialidade das produções verbais³.

As consequências do acima exposto para a questão do signo e da língua não poderiam ser maiores, já que “imobilidade” e “fixidez” não são qualidades que condizem com tal raciocínio. Como bem disse Culioli (2003), “Saussure fala claramente de uma atividade *inconsciente* do espírito, [o que significa que] a expressão de *tesouro mental* foi infelizmente compreendida em um sentido muito ‘inerte’ (p.146)”. Há, portanto, uma “dinâmica do estático. [...] A ilusão de um ‘tesouro mental’ imóvel, a ilusão de uma simples estocagem, de uma nomenclatura, vem apenas do fato de que não temos nenhuma consciência da atividade mental em questão” (p.139). Isso explicaria a retomada de signo por *Kénôme*, de *kénos*, vazio, que marcaria, ao mesmo tempo, um sentido oposto ao de “signo pleno, dotado de sentido”, que comumente lhe é atribuído, e sua natureza relacional e abstrata.

Essa natureza relacional e abstrata adquire, no quadro referencial culioliano, contornos que lhe conferem uma dinamicidade constitutiva, já que a unidade linguística tem sua identidade definida por uma forma invariante e dinâmica: invariante, por se manter no decorrer da variação e ordenar essa variação, *i.e.* por se apresentar como uma constante que dá conta dos diferentes sentidos atribuídos à unidade linguística quando inserida em um contexto verbal; dinâmica, por ser esta forma invariante constituída por parâmetros que contribuem

para determinar o papel específico que a unidade linguística desempenha nas interações das quais participa. Como explica De Vogüé (2011, p.18), identifica-se a unidade linguística por meio de “uma escritura que diz a forma esquemática dos diferentes parâmetros que a unidade mobiliza. É bem de parâmetros que se trata: de entidades a serem fixadas para que o valor [semântico] se construa; de entidades cuja escritura precisa e restringe a forma e as relações que as vinculam”.

Em suma, a unidade linguística tem sua identidade caracterizada por uma *escritura* que se apresenta como uma *forma esquemática*, forma abstrata que “permite simular pelo raciocínio o que resta, em si, inacessível, sempre entrevisto pelo material textual, que é, ao mesmo tempo, obstáculo por sua aparente solidez interposta, e vestígio em que se descobre o trabalho de uma inteligência da adaptação, do conjectural e do desvio” (CULIOLI, 2002, p.27)⁴.

Esse conjunto de reflexões permite, dando continuidade a uma revisão epistemológica, retomar sob outra perspectiva o estatuto conferido ao sintagma, que se mostra, como há muito observou Dahlet (1988), como fato de língua e de fala, estatuto cuja natureza, no CLG, é, aliás, evidente: “Cumprer reconhecer, porém, que no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual” (SAUSSURE, 2000, p.145).

A concepção de língua como “esquema de operações” – na qual se encontra, mais pontualmente, a de unidade linguística como “esquema abstrato permanente” – traria uma resposta a essa aparente contradição, tão bem explicitada no questionamento trazido por Dahlet (1988, p.162): “De que modo o sintagma, como forma de toda combinação linear, pode pertencer à língua, enquanto que a *frase (que) é o tipo de sintagma por excelência, pertence à fala?*”

Com efeito, o sintagma encontra-se na língua porque, sendo esta entendida como esquemas de operações, orientaria a materialidade das produções verbais: os empregos da língua estariam, assim, potencialmente previstos na própria língua. Por outro lado, o sintagma encontra-se na fala por ser nela e graças a ela que esta potencialidade se efetiva, pelo fato de a própria existência do sintagma estar estritamente vinculada a uma inserção espaço-temporal que lhe dá corpo: a da produção verbal.

Atesta-se, por fim, a natureza *incorporal* das unidades da língua (SAUSSURE, 2004, p.287), de uma língua que apresenta, como

muito já se disse, “esse caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam” (SAUSSURE, 2000, p.194). Resta agora discutir um outro aspecto dessa existência: o que há de previsível, ou não, na instauração de direções para as transformações linguísticas.

A língua como telos

Um outro objeto constantemente trazido à discussão nos encontros entre Culioli e Normand diz respeito à necessidade de Culioli explicar o que faz das produções verbais serem o que são, o que, na visão de Normand, o diferenciaria de Saussure:

Normand: Você precisa sempre explicar porque é assim e não de outro modo. Você tem necessidade de motivos, de que exista uma razão por detrás. Para mim, é aqui que você é muito diferente de Saussure, porque, para ele, o pressuposto é *o arbitrário*. Existe o sistema, é evidente, mas nada justifica esse sistema; ele é assim [...]. Acho que, neste ponto, você encontra Benveniste. Fundamentalmente, Benveniste também recusava o arbitrário, porque, assim como o Deus de Einstein não pode jogar dados, é preciso haver motivos para as estruturas da língua. [...]. Em outras palavras, há um jogo que seria necessário precisar, entre uma racionalidade construída ou reconstruída e motivos muito mais fundamentais; em Benveniste – é dito de um modo quase cru – existe um sentido que procura se exprimir, um “intentado”. (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.80)

No decorrer da discussão, Normand esclarece, ainda, que Saussure reconhece as restrições do sistema, “mas estas restrições não remetem a nada além de a si próprias; *i.e.* não existe razão por detrás” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.82).

O que nos interessa, aqui, é compreender se existe ou não razão por detrás das restrições do sistema e o que significa exatamente aceitar ou recusar a sua existência; é compreender, ainda, o fato de Culioli reconhecer ser a posição de Benveniste não apenas uma posição que se sustenta, mas da qual não se pode escapar e que deve ser entendida no âmbito do que o leva a contrapor ao *Deus não joga dados*, referência à fala de Einstein feita por Normand, um “mas eu, de qualquer maneira, acrescentaria *Um lance de dados jamais aboliria o acaso*” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.80).

A densidade da discussão, que põe à mesa uma concepção “determinista” de língua e o tipo de determinismo que estaria em

jogo, nos conduz a analisar de que modo fenômenos nos quais se verifica a regularidade dos mecanismos linguísticos constituem não apenas o cerne do pensamento saussuriano, mas sustentam uma ordem própria à língua que fundamenta sua inexorável mudança.

Tais fenômenos serão analisados na primeira parte desta seção, de um lado, sob a ótica da analogia; de outro, sob a ótica do fator fonético, que costuma “trazer uma perturbação profunda ao organismo gramatical” (SAUSSURE, 2000, p.177). Na segunda parte da seção e fundamentados nas análises feitas, retomamos a discussão entre Culioli e Normand e o tema central que a motiva.

Uma história da gramática

Começemos pela analogia. Nela, trata-se justamente de regras, de fenômenos que se exercem em favor da regularidade e que são “de ordem gramatical” (SAUSSURE, 2000, p.191): “Assim, o nominativo latino *honor* é analógico. A princípio se disse *honôs*: *honôsem*, depois, por rotacismo do *s*, *honôs*: *honôrem*. O radical tinha, desde então, uma forma dupla; tal dualidade foi eliminada pela nova forma *honor*, criada sobre o modelo de *orator*: *oratore*m etc. [...]” (SAUSSURE, 2000, p.187).

O mais interessante, sem dúvida, é atestar o papel que a analogia exerce na evolução da língua, uma evolução que só se dá porque, em seu fundamento, há conservação. E tanto é assim que o próprio Saussure, em uma bela passagem do CLG, afirma que “[...] na massa enorme dos fenômenos analógicos que representam alguns séculos de evolução, quase todos os elementos são conservados; somente que se distribuem de forma diversa. As inovações da analogia são mais aparentes que reais. A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (SAUSSURE, 2000, p.199-200).

Se a analogia pode ser considerada um fenômeno no qual se observam razões que fundamentam a reconstrução da matéria linguística, resta olhar para as mudanças fonéticas, fenômeno este entendido como o que traria uma “perturbação profunda ao organismo gramatical” (SAUSSURE, 2000, p.177).

Para Saussure, está posto que não se pode prever onde as mudanças fonéticas vão ocorrer: seu efeito é “ilimitado e incalculável”, sendo “o que se pode chamar de caráter cego da evolução dos sons” (SAUSSURE, 2000, p.175-176). No entanto, se não se sabe onde o fenômeno vai intervir e o que vai afetar, é imprescindível considerar

três argumentos fundamentais que mostram que tais modificações, para empregar os próprios termos de Saussure, “não rompem uma unidade” (SAUSSURE, 2000, p.183), mais precisamente, não afetam o papel de um dado elemento no interior do sistema:

1º. O fenômeno fonético jamais dá origem a “duas formas”, já que, “por si mesma, a evolução dos sons não tem a virtude de criar duas formas em lugar de uma” (SAUSSURE, 2000, p.181);

2º. Se, no entanto, duas formas existem, elas supõem, em sua origem, dualidades gramaticais ou causas exteriores, exemplo dos empréstimos;

3º. Mesmo quando há alternância, esta é “eminentemente gramatical” (SAUSSURE, 2000, p.183).

No caso do primeiro argumento, temos os casos dos fenômenos fonéticos, espontâneos ou combinatórios, que afetam o sistema como um todo, embora isso não signifique que as mudanças sejam absolutas. As análises de Saussure a esse respeito são exemplares e, para ilustrá-las, tomamos como exemplo a mudança de *s* em *r* em latim:

[...] para explicar o rotacismo (cf. latim **genesis* / *genesis*), constitui inexatidão dizer que o *s* se tornou *r* entre duas vogais, pois o *s*, não tendo som laríngeo, não pôde nunca dar *r* em primeira instância. Na realidade, há dois atos: o *s* torna-se *z* por mudança combinatória; mas o *z*, como não foi mantido no sistema fônico do latim, foi substituído pelo som mais próximo *r*, e essa mudança é espontânea.; [...] Quando se diz: “*s* se torna *r* em latim”, dá-se a entender que o rotacismo é inerente à natureza da língua e fica-se embaraçado diante das exceções como *causa*, *rîsus* etc. Somente a fórmula: “*s* intervocálico se tornou *r* em latim numa certa época” autoriza a pensar que no momento em que *s* passava a *r*, *causa*, *rîsus* etc., não tinham *s* intervocálico e estavam ao abrigo da mudança; com efeito, dizia-se ainda *caussa*, *rîssus*. (SAUSSURE, 2000, p.170)

Percebe-se que o referido fenômeno fonético, fundamentado em diferentes tipos de mudança, incide sobre o conjunto de formas que, numa certa época, apresentavam *s* intervocálico. Se o que se observa é uma descrição do fenômeno e não necessariamente sua explicação, o fato é que há uma regularidade que “altera de maneira idêntica todas as palavras em que figure o fonema em questão” (SAUSSURE, 2000, p.167).

Ora, essa mudança generalizada tende a não trazer problemas para o papel exercido por um dado elemento no sistema, uma vez que

este seria conservado com outra roupagem, ou outro “tecido”, *i.e.* com outra “qualidade material”:

[...] Em que nos baseamos para afirmar que as próprias palavras não entram diretamente em linha de conta nas transformações fonéticas? Na comprovação muito simples de que tais transformações lhes são estranhas, no fundo, e não podem atingi-las em sua essência. A unidade da palavra não é constituída apenas pelo conjunto de seus fonemas; depende de outros característicos além de sua qualidade material. (SAUSSURE, 2000, p.111)

Essas colocações são reafirmadas quando a mudança esbarra em questões como as que a analogia traz e que só fazem atestar que a “unidade da palavra” é de outra natureza. Com efeito, ao retomarmos o exemplo do nominativo *honor*, analógico, notamos que o fenômeno do rotacismo desencadeou a presença de uma forma dupla para o radical: *honôs: honôrem*. Se, por sua vez, considerarmos, como veremos abaixo, que não há parelhas fonéticas pelo fato de tais parelhas provocarem o rompimento de uma dada unidade, a saída que resta é, de imediato, eliminar a dualidade, recuperando “a relação que une as formas entre si” (SAUSSURE, 2000, p.191).

Em suma, o fenômeno fonético não implica perda da unidade gramatical, unidade que, como evidencia a passagem destacada, constitui a sua essência. Quando essa unidade se mostra ameaçada, acaba-se por recuperá-la por outro viés.

Os dois argumentos seguintes tratam da inexistência de parelhas fonéticas, pois, se duas formas existem, é por apresentarem, em sua origem, dualidades gramaticais⁵.

Esse seria o caso de *me* e *moi* em francês, cuja diferença se vincula a seu papel na frase, marcado, em latim, respectivamente, por um *mç* átono e *mç* acentuado (SAUSSURE, 2000, p.181); seria o caso de *collocâre*, que deu apenas *coucher*, em francês, visto a forma *colloquer* (que acreditavam, igualmente, ter se originado dela) “não passa[r] de um empréstimo erudito da palavra latina” (SAUSSURE, 2000, p.181); seria, por fim, o que se vê na alternância, exemplificada por *neuv-* e *nouv---* em língua francesa, de origem “ eminentemente gramatical” (SAUSSURE, 2000, p.183). Como explica Saussure, “quando se diz que em latim *nou-* se tornou, por mudança fonética, *neuv-* e *nouv-* (*neuve* e *nouveau*), forja se uma mudança imaginária e se negligencia uma dualidade sincrônica preexistente: a posição diferente de *nou-* em *nou-us* e *nou-ellus* é, a um só tempo, anterior à mudança

fonética e eminentemente gramatical. Essa dualidade se encontra na origem de toda alternância e a torna possível” (2000, p.183).

Em suma, a esse conjunto de exemplos caberia novamente a afirmação de que “o fenômeno fonético não rompeu uma unidade” (SAUSSURE, 2000, p.183). Afinal, tanto *me* e *moi*, quanto *coucher* e *colloquer* não apresentam, em sua origem, uma mesma forma; *neuv-* e *nouv-*, por outro lado, não só não apresentam em sua origem uma mesma forma, como também o fenômeno fonético “não fez senão tornar sensível, pela separação dos sons, uma oposição de termos coexistentes” (SAUSSURE, 2000, p.183).

Nossas conclusões podem ser assim resumidas: ou o fenômeno fonético atinge todas as palavras que apresentam uma mesma particularidade fônica, de modo que sua unidade não é afetada, ou, nos casos em que poderia se supor a existência de pares fonéticos (o que levaria ao rompimento da unidade da qual estas se originam), essas, simplesmente, não existem, sendo condicionadas por fatos “gramaticais”; ou, caso derradeiro, quando duas formas coexistem, como nos mostra o exemplo do duplo radical de *honor/honôs*, uma delas desaparece, sendo a mais regular a que subsiste.

Vale lembrar, no entanto, que Saussure não deixou de afirmar que “se os fenômenos fonéticos não são detidos por limite algum, devem trazer uma perturbação profunda ao organismo gramatical” (SAUSSURE, 2000, p.177). Ilustrações mais diretas dessa “perturbação” seriam os de ruptura de vínculo gramatical, como no francês *maison/ménage*, em que se perde o sentimento de derivação que se observa quando se olha para *mansiô/*mansiônâticus*, dos quais se originaram (SAUSSURE, 2000, p.178).

Se, de fato, esse sentimento de vínculo se afrouxa, não é sem fundamento afirmar que a dualidade gramatical de início observada não se perdeu, embora tenha adquirido outra configuração, próxima à síntese característica da aglutinação, mas menos perceptível em termos de figura vocal⁶.

Com efeito, a dualidade gramatical de *mansiô/*mansiônâticus* está posta, uma vez que **mansiônâticus*, sendo uma forma derivada, tem seu papel constituído a partir da integração de subunidades que a constituem, tal como se observa em *desejoso*, explicação que vale à pena retomar:

[...] Uma unidade como *desejoso* se decompõe em duas subunidades (desej-oso), mas não se trata de duas partes independentes sim-

plesmente, juntadas uma à outra (desej + oso). Trata-se de um produto, uma combinação de dois elementos solidários, que só têm valor pela sua ação recíproca numa unidade superior (desej x oso). O sufixo, considerado isoladamente, é inexistente. (SAUSSURE, 2000, p.148)

A solidariedade de **mansiônâticus* aponta, assim, para a integração de subunidades, que, como para *desejoso*, é mais do que uma simples junção, uma vez que a função de cada subunidade age reciprocamente sobre a outra. Seria essa solidariedade constitutiva, que não consiste em integração de “traços de conteúdo” específicos às partes (as subunidades não têm identidade positiva), que se manifesta em *ménage*.

Isso vai ao encontro do que está igualmente posto para os casos de aglutinação, guardadas, como dissemos, as devidas características de cada processo evolutivo.

Saussure, no que se refere à aglutinação, afirma justamente que “o espírito, tomando por assim dizer um atalho, renuncia à análise e aplica o conceito em bloco ao grupo de signos, que se torna então uma unidade simples” (SAUSSURE, 2000, p.206).

Ora, a diferença entre um termo oriundo de uma aglutinação (*toujours*, por exemplo) e um outro oriundo de uma derivação que não mais é percebida (*ménage*) é que, na aglutinação, as subunidades das quais o termo aglutinado se formou são, originalmente, “dois termos distintos, mas que se encontram frequentemente em sintagma no seio da frase” (SAUSSURE, 2000, p.205): *tous jours*. De duas unidades vistas como uma unidade superior (um sintagma *tous jours*), constitui-se uma unidade simples: *toujours*. Por outro lado, a forma derivada **mansiônâticus*, da qual se originou *ménage*, se não deixa de ser uma unidade superior em relação às subunidades que a constituem, é, de saída, simples.

Há, portanto, um jogo complexo entre unidades simples ou não (em *tous jours*, há duas unidades simples; em **mansiônâticus*, uma única unidade assim categorizada), do mesmo modo que um jogo entre unidades superiores e inferiores (tanto *tous jours*, quanto **mansiônâticus* são unidades superiores em relação às subunidades que as constituem). No entanto, desse jogo decorre, por fim, termos que, de modo mais perceptível (*toujours*), ou menos perceptível (*ménage*), no processo de evolução, conservaram, sob uma nova con-

figuração e por vias de uma integração, as funções que, antes, cabiam às subunidades que compunham as unidades das quais se originaram.

Há perturbação ao organismo gramatical no caso da ruptura de vínculos? Sem dúvida, mas não porque os vínculos deixam de ser entrevistos, e, sim, porque, ao se formarem unidades simples como *toujours* ou *ménage*, estas, ao passarem a integrar diferentes unidades superiores (a construir novos sintagmas), têm, conseqüentemente, sua identidade redefinida por eles.

Essa perturbação indica que não há elementos conservados no processo de evolução? Não acreditamos. Tais elementos apenas se reconstroem tal como um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido, o que nos permite reafirmar que “[...] se a fonética intervém [...] na evolução, ela não pode explicá-la inteiramente; uma vez eliminado o fator fonético, encontra-se um resíduo que parece justificar a ideia de “uma história da gramática”” (SAUSSURE, 2000, p.166).

O dinamismo de um sistema aberto

O conjunto de fatos expostos só nos faz concordar com Normand quando ela afirma haver “de qualquer maneira, uma ordem própria do simbólico” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.273). E uma ordem própria que não decorre de uma “razão com um R maiúsculo” ou de um “sentido com S maiúsculo”, mas de “razões no sentido metalingüístico” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.82), como observa Culioli.

Estamos longe de poder afirmar que, para Saussure, não há razões para um dado estado de língua. Não há, sem dúvida, razão com R maiúsculo ou um sentido com S maiúsculo; não há – e a afirmação, uma vez mais, é de Culioli -- “finalismo” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.83). No entanto, há razões “no sentido metalingüístico”, se quisermos guardar esse termo, que seriam, justamente, as que constituem a unidade gramatical, a identidade morfológica, em suma, a história de uma gramática que conduz ao *que perdura*, embora, decididamente, o que perdure não seja o mesmo.

Na edição crítica do CLG, Tullio de Mauro (1976), na nota 176, examina, em detalhes, essa questão, explicando que, antes de se negar o fato de existir, em Saussure, uma visão na qual as transformações lingüísticas responderiam a determinadas condições, é preciso considerar que coexistem, nesta visão, dois elementos diferentes: o

teleologismo e o *antiatomismo*. Diz ele que, para o teleologismo, “as mudanças se produzem “com razão”, em vista de uma melhor organização, ou, no mínimo, de uma organização diferente do sistema”, enquanto, para o antiatomismo, “as mudanças são consideradas em seus vínculos recíprocos, enquanto condicionadas por um sistema sobre o qual elas têm uma incidência”. E segue afirmando que “desse dois elementos, só o primeiro é decididamente estranho para Saussure, mas não o segundo” (SAUSSURE, 1976, p.454).

Resta considerar que, se inúmeras mudanças nascem acidentalmente – o que nem sempre é o caso (a analogia está aí para nos mostrar que nem tudo é acidental na língua) –, esses acidentes esbarram em uma ordem gramatical que acaba por lhes impor limites e cujo atributo de “restrições do sistema” não permite abarcá-la. Diríamos mais: essa ordem, embora não possa “premeditar nada” (SAUSSURE, 2000, p.105), pode ser entendida como o que “tende para”, ou como o que projetaria direções possíveis para as transformações linguísticas, o que não significa que, nestas possibilidades previstas, os caminhos estejam efetivamente traçados e o imprevisto não se faça presente. Afinal, “um lance de dados jamais aboliria o acaso” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.80).

Vale dizer que Culioli, em seus encontros com Normand, aborda frequentemente, em suas reflexões sobre o funcionamento da atividade de linguagem, o problema do *telos*, que, em sua concepção, em nada se aproxima do *teleologismo* tal como exposto por Tullio de Mauro (1976). Aliás, o termo empregado por Culioli é *teleonomia*, conceito marcado pelo imprevisto, por ajustamentos, por regulações, e que as seguintes passagens, selecionadas entre outras, ilustram tão bem:

Culioli: [...] o *telos* do qual eu falo, é o que tende para, há um *élan*. [...] Há direções e essas direções não estão diretamente ajustadas, há falhas, há o que dá certo, em alguns casos, não há mais nada etc. (CULIOLI, NORMAND, 2005, p.260);

Culioli: Você pode dizer este *hormè*, este *élan*, ao mesmo tempo esforço e tendência para manter o dinamismo de um sistema aberto em contato com o imprevisto. (CULIOLI, NORMAND, 2005, p.264)

Retomemos, para finalizar, algumas das colocações de Normand e Culioli (2005) em relação ao conceito de língua para Saussure, colocações que nos permitem trazer um interessante fechamento ao conjunto das discussões até então empreendidas.

Para Normand, Saussure, ao falar de língua, trataria, na verdade, da relação entre linguagem e línguas (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.96-97). Culioli, por sua vez, teme empregar língua em suas colocações, uma vez que acredita ser este termo fonte de muitos mal-entendidos. Isso aparece não só nos encontros que tem com Normand, mas, de modo muito evidente, na entrevista concedida a Bouquet, quando afirma, como já mencionado, que “Saussure fala claramente de uma atividade *inconsciente* do espírito, [o que significa que] a expressão de *tesouro mental* foi infelizmente compreendida em um sentido muito ‘inerte’” (CULIOLI, 2003, p.146). Isso o conduz a sustentar a existência de uma “dinâmica do estático. [...] A ilusão de um ‘tesouro mental’ imóvel, a ilusão de uma simples estocagem, de uma nomenclatura, vem apenas do fato de que não temos nenhuma consciência da atividade mental em questão” (CULIOLI, 2003, p.139).

Dessas colocações, fica o forte sentimento de que essa língua que nos constitui traz, ao mesmo tempo, as marcas de uma atividade de linguagem por si só inacessível, que recupera nossa história antropológica, e os direcionamentos que delimitam, tal como um sistema aberto em contato com o imprevisto, o que cada sujeito, enquanto falante de um dado idioma, verbalmente produz.

Nesse contexto, não é difícil ver o peso das palavras de Culioli, quando, provocado, uma vez mais, por Normand, afirma sermos “todos diacrônicos; nós representamos algumas centenas de milhares de anos” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.111), o que pode ser lido como um belo avesso de “A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (SAUSSURE, 2000, p.200), um de nossos aforismos saussurianos preferidos.

Uma tentativa de conclusão

Muitas foram as questões formuladas no decorrer de nossa reflexão, auxiliados que fomos pela profícua conversa – registrada em *Onze rencontres sur le langage et les langues* – entre dois grandes linguistas. Nela, vemos Antoine Culioli e Claudine Normand tocar aspectos complexos do fazer com a língua e do pensar sobre a linguagem, nem sempre com opiniões coincidentes. Assim, beneficiados pelas particularidades do gênero do livro, o nosso método foi dar à conversa uma função balizadora do percurso por nós adotado.

Em *Onze rencontres*, o pensamento saussuriano serve como causa de um debate que, como o próprio título do livro anuncia, propõe-se

a colocar em relevo as relações entre a linguagem e as línguas. Muita coisa cabe nesse interstício.

Recortamos, inicialmente, um ponto de vista: a produção de sentidos em relação com aquilo que a delimita e mesmo a orienta. Afinal, o que se altera e o que se mantém na produção do sentido? Há restrições do sistema? De que natureza seriam?

A complexidade de tais questões nos conduziu a circunscrever o tema em tela com uma indagação mais geral: de que maneira se produz a mudança linguística em fenômenos cujo mecanismo se impõe de forma regular? Aliás, essa inquietação não é nossa apenas: ela já está em Saussure. É o que dizem Normand e Culioli.

Saussure coloca às claras que, se é verdade que há uma ordem da língua, não é menos verdade que é essa ordem – regular em sua natureza – que sustenta uma perspectiva de mudança. Foi isso que tentamos evidenciar ao trazer à discussão o fenômeno analógico em sua relação com as mudanças fonéticas. Saussure esforça-se para mostrar que a analogia tem um papel regulador da transformação linguística: “a analogia supõe um modelo e sua imitação regular. *Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra, segundo uma regra determinada*” (SAUSSURE, 2000, p.187). Na mudança fonética, por outro lado, a aparente coexistência de formas distintas não pode levar a crer que se rompeu o vínculo gramatical entre as unidades.

Como se coadunam permanência e mudança?

Em Saussure, isso está ligado à dicotomia língua/fala. Na verdade, Saussure, quanto a isso, enuncia alguns aforismos que são verdadeiros princípios metodológicos – quase paradoxais – de entendimento desses aspectos: a) a criação analógica “só pode pertencer, de começo, à fala.” (SAUSSURE, 2000, p.192); b) “é na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso” (SAUSSURE, 2000, p.115); c) “historicamente o fato da fala vem sempre antes” (SAUSSURE, 2000, p.27); d) “nada entra na língua sem ter sido antes experimentado na fala” (SAUSSURE, 2000, p.196).

Assim, para que *honor* se torne um substituto possível de *honôs*, é preciso que uma pessoa, um indivíduo o tenha proferido: “foi preciso que uma primeira pessoa o improvisasse, que outras a imitassem e o repetissem, até que se impusesse ao uso” (SAUSSURE, 2000, p.196). É na esfera da *fala, à margem da língua*, que o fenômeno da analogia deve ser primeiramente buscado.

Se “na analogia tudo é gramatical” (SAUSSURE, 2000, p. 192), isso só se pode entender se acrescentarmos que a criação pertence à *fala* a partir do que há na *língua*. Ela pertence à *fala* porque é “obra ocasional de uma pessoa isolada” (SAUSSURE, 2000, p.192); ela é de ordem gramatical porque supõe as relações das formas entre si. Reencontramos, aqui, a visão de um sistema dinâmico e aberto, tão cara a Culioli?

Esse pequeno desvio que fazemos pela dicotomia língua/fala cumpre a função de destacar que, em Saussure, as questões do sentido foram pensadas sem afastamento da realidade linguística, do uso que o falante faz. Com isso, resguardamos em nossa discussão acima um lugar para o falante, embora dele não possamos nos ocupar neste momento. Finalmente, é tempo de refletir sobre os motivos que levam Normand a afastar Culioli de Saussure e aproximá-lo de Benveniste.

Nesse ponto, somos obrigados a esboçar um pequeno distanciamento que temos da compreensão de Claudine Normand acerca do *intentado* em Benveniste. De um lado, se bem lemos Benveniste, não cremos haver, em sua teoria da linguagem, um sentido apriorístico que procura se exprimir; de outro lado, o “determinismo” em Saussure não anula o arbitrário: a ordem é a do simbólico e essa ordem traz direcionamentos sem, contudo, concebê-lo como um finalismo.

Culioli, embora se identifique com Benveniste e não discuta a forma como Normand o apresenta, parece se posicionar em consonância com o que Benveniste de fato propõe. O *intentado* é menos um sentido anterior e mais algo que se apresenta globalmente, tal como um dizível que não existe senão pelo dito, senão por meio de uma produção verbal que o apreenda de modo linear.

Disso, vê-se que os três – Saussure, Benveniste e Culioli – se aproximam. Caberia indagar com base neles: há modos de a linguística reencontrar o falante de maneira, agora, menos idealizada porque submetido à ordem da língua? Acreditamos que há, mas isso é um outro texto...

ABSTRACT

This text aims at demonstrating one aspect of Saussure's thought and, broadly, at observing its consequences on Culioli's enunciative theory: the paradoxical relationship between linguistic conservation and variation. To develop this relationship, a theoretical and conceptual methodology is used, which departs from the heuristic consideration of the dialogue about the topic that occurred between C. Normand and A. Culioli (CULIOLI, NORMAND, 2005). Afterward, we seek support on Saussure's analyses about analogy and phonetic changes in order to propose that linguistic regularity (that is, related to "*langue*") sustains a perspective of change in its use. The conclusion suggests broadening the debate so as to include the speaker as a fundamental theoretical formulation on the movements of linguistic conservation and linguistic change.

KEYWORDS: linguistic variation, phonetic change, analogy, *langue*, *parole*.

NOTAS

⁷ CULIOLI, NORMAND, 2005, p.102-103. As traduções são de responsabilidade dos autores. Quando não o são, constam da bibliografia os nomes dos livros em língua portuguesa.

² Atentar para o emprego específico que é feito do termo "morfologia" nos Escritos (2004).

³ O que não significa que haveria um "impensado" a ser verbalizado. Ver, a esse respeito, a discussão que caracteriza a 11ª sessão entre Culioli e Normand e que gira em torno da questão do "incorporal" e da construção de uma "teoria da abstração" (CULIOLI, NORMAND, 2005).

⁴ Não sendo nosso objetivo apresentar análises em que se verifica o funcionamento da *forma esquemática*, remetemos o leitor ao referido artigo e a outros que constam da obra em que foi publicado.

⁵ Diz Saussure, justificando essa inexistência, que "um mesmo elemento não pode ser submetido simultaneamente e num mesmo lugar a duas transformações diferentes: isso seria contrário à própria definição de mudança foné-

tica. Por si mesma, a evolução dos sons não tem a virtude de criar duas formas em lugar de uma” (2000, p.181).

“Basta olhar para os exemplos de aglutinação em francês trazidos por Saussure (2000, p.205), tais como *tous jours '! toujours, au jour d'hui '! aujourd'hui* etc., para ver que a síntese é perceptível do ponto de vista da figura vocal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris : Gallimard, 1974.

BOUQUET, Simon (Org.). *Saussure*. Paris : Ed. de l'Herne, p.11-15, 2003.

CULIOLI, Antoine. A propos de *même*. *Langue Française*, v. 133, n. 1, Paris : Larousse, p.16-27, 2002.

CULIOLI, Antoine. Un linguiste face aux textes saussuriens. In. BOUQUET, Simon. (Org.) *Saussure*. Paris : Ed. de l'Herne, p.137-149, 2003.

CULIOLI, Antoine; NORMAND, Claudine. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris : Ophrys, 2005.

DAHLET, Patrick. L'énonciation avant Benveniste: impacts d'un paradoxe. *Thèse de Doctorat*, Lille 3 : ANRT, 1988.

DE VOGÜÉ, Sarah. A la recherche des paramètres de l'élaboration du sens au sein des énoncés. *CORELA*. Poitiers : Université de Poitiers, p.1-29, 2011.

NORMAND, Claudine. *La quadrature du sens*. Paris : PUF, 1990.

NORMAND, Claudine. *Saussure*. Paris : Les Belles Lettres, 2^a ed., 2004.

NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris : Payot, 1976.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. SP: Cultrix, 22^a ed., 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2004.

Recebido em 20 de abril.

Aprovado em 2 de maio.